

Lideranças Comunitárias Femininas da Zona Rural do Maranhão e Suas Percepções Sobre a Temática de Gênero

Mujeres Líderes Comunitarias en el Área Rural de Maranhão y Sus Percepciones Sobre la Cuestión de Género

Female Leadership Community from the Countryside of Maranhão and Their Perceptions About Gender Issue

Nelsivânia Pinheiro de Galiza

Adriana Sousa Chaves

Resumo: Este trabalho abarca questões relevantes sobre a temática de gênero e faz uma aproximação com os saberes populares, uma vez que elucida vários discursos de mulheres trabalhadoras rurais que atuam como lideranças comunitárias em cidades do Maranhão. O propósito deste estudo é lançar luz sobre desafios enfrentados por estas mulheres, assim como revelar seus pontos de vista sobre as situações de desigualdade, pobreza e até sobre a violência que vivenciam. Destaca-se que, mesmo diante de uma realidade por vezes aviltante, essas lideranças femininas tentam resistir a uma condição de submissão e acomodação, além de se apresentarem como pessoas de referência para sua comunidade, como sujeitos de luta e transformação.

Palavras Chave: Gênero. Liderança Feminina. Trabalhadoras Rurais.

Resumen: Este trabajo abarca cuestiones relevantes sobre el tema de género y hace una aproximación con la sabiduría popular, una vez que elucida varios discursos de mujeres trabajadoras rurales que actúan como líderes comunitarias en ciudades de Maranhão. El propósito de este estudio es hacer luz sobre los desafíos enfrentados por estas mujeres, así como relevar sus puntos de vista sobre las situaciones de desigualdad, pobreza y hasta sobre la violencia que viven. Se destaca que aún delante de una realidad, muchas veces indigna, estos liderazgos femeninos intentan resistir a una condición de sumisión y de acomodamiento, además de presentarse como personas de referencia para su comunidad, como sujeto de lucha y transformación.

Palabras Claves: Género. Liderazgo Femenino. Trabajadoras Rurales.

Abstract: This work covers relevant issues on gender questions and approaches the popular knowledge, since it elucidates several discourses of rural female workers who act as community leaderships in cities of Maranhão. The purpose of this study is to shed light on the challenges faced by these women, as well as to reveal their viewpoints on the situations of inequality, poverty and even violence they experience. It is noteworthy that even in the face of a sometimes degrading reality, these female leaders try to resist a condition of submission and accommodation, as well as presenting themselves as reference people for their community, as subjects of struggle and transformation.

Key-words: Gender. Female Leadership. Rural Workers.

Nelsivânia Pinheiro de Galiza – Psicóloga. Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: nelgaliza@yahoo.com.br

Adriana Sousa Chaves – Psicóloga. Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão. Trabalhadora da Política de Assistência Social. E-mail: drisouchaves@gmail.com

INTRODUÇÃO

A discussão sobre gênero, não raro, fica atrelada às esferas acadêmicas, de maneira que pouco se sabe como acontecem as problematizações em espaços no qual as mulheres são protagonistas. Conquistar posições de liderança, por exemplo, às vezes é uma tarefa desafiadora e, quando se faz um recorte para contexto rural, percebe-se que a realidade é ainda mais complexa para muitas mulheres.

O presente artigo traz algumas reflexões sobre a temática de gênero a partir da narrativa de algumas mulheres que vivem no meio rural maranhense, especificamente no município de Peritoró¹, devido à influência de um movimento de mulheres no município. É a região do Estado com mais lideranças femininas atuantes.

É válido ressaltar que este ensaio é parte de uma pesquisa de mestrado, de abordagem qualitativa, que buscou refletir sobre a construção do papel de lideranças comunitárias femininas, bem como sobre a lógica patriarcal a qual estão submetidas, enquanto mulheres.

A tentativa de sair dessas amarras culturais é permeada por lutas, questionamentos, tomada de consciência e também violência. Para dar conta dessas especificidades e buscar o aprofundamento de um assunto específico no discurso, realizei entrevistas individuais semiestruturadas com dez lideranças comunitárias ligadas ao movimento de mulheres trabalhadoras rurais; duas delas faziam parte da diretoria do movimento em esfera estadual e regional. As participantes possuíam diferentes faixas etárias (variando entre 25 anos e 75 anos) e residiam em distintas comunidades rurais.

A modalidade de entrevista semiestruturada, que possui tópicos para guiar o diálogo com a participante, foi fundamental para esta pesquisa, haja vista que muitas questões foram trazidas para além do que havia sido estabelecido no roteiro. De modo a assegurar a livre expressão e preservação das identidades, as narrativas de lideranças femininas aqui transcritas derivam do consentimento das entrevistadas, uma vez que cada participante assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, também é importante mencionar que as entrevistadas estão reportadas no corpo do texto com um nome fictício. Por fim, para complementar a análise dos dados coletados, foi utilizado a técnica da observação participante em sua interlocução com a literatura sobre a temática de gênero.

1. Gênero

No tocante à relevância da questão de gênero, convém levantar algumas considerações acerca dessa temática, com a intenção de elucidar discussões que permitam um diálogo alicerçado em algumas concepções teóricas existentes.

Sendo assim, vale expor o que Murano e Boff (2002) ponderam sobre gênero: eles definem que essa categoria foi introduzida no século passado, a partir dos anos 1980, especialmente pelas feministas, aparecendo como um avanço frente ao que vinha sendo dito outrora, que era um conteúdo embasado na diferença entre os sexos e nos princípios masculino/feminino.

Ao passo que tal categoria foi sendo falada, problematizada e revisitada, muitas teóricas e teóricos, no momento presente, possuem um entendimento sobre gênero que já superou as discus-

¹A cidade fica situada no leste maranhense, na região da Mata dos Cocais, e sua população aproximada é de 21 mil habitantes, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=210845&search=%7Cperitorio>>.

sões anteriores, que baseavam a teorização na composição macho/fêmea e na construção social do gênero nos indivíduos.

Uma das questões que se põe em destaque é a que Butler (2003) traz, no que diz respeito à edificação da questão do sexo ser apenas biológica, enquanto a de gênero é simplificada como uma representação cultural do sexo. Essa autora explicita que tal análise é mais profunda e complexa do que se apresenta:

O gênero não deve ser meramente concebido como inscrição cultural do sexo dado [...] tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura. (BUTLER, 2003, p. 25)

Com essa concepção, a autora supracitada desconstrói a premissa de outras teorias que assemelham a diferenciação entre sexo e gênero na instrumentação deste último pela cultura. Aponta Butler (2003) que tomar a ideia de que o gênero é construído culturalmente, seria traçar um caminho único, sem demais possibilidades de escolha, o que acarreta, em seu ponto de vista:

[...] certo determinismo de significados de gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo estes corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a “cultura” relevante que “constrói” o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino. (BUTLER, 2003, p. 26)

A autora se contrapõe à estrutura binária homem/mulher, segundo ela, o gênero seria um fenômeno inconstante e contextual, que não denotaria um ser substantivo, “mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (BUTLER, 2003, p. 29).

Assim, a teórica acredita que o contexto em que o conceito está sendo tratado é produzido pelo momento histórico, ou por um discurso que se faz preponderante em cada época, ao passo que não mantém uma mesma definição, não podendo ser reduzido a apenas um rótulo. O que deve ser evidenciado é que a conjuntura de cada tempo é especialmente norteadora para composição do que pode ser compreendido como gênero.

Nessa direção, Scott (1995) explica que tratar o gênero como indicador de construções inteiramente sociais, sobre os papéis definidos aos homens e mulheres, se for usado apenas para categorizar relações sociais entre os sexos e rejeitar qualquer contribuição biológica que demarque as identidades subjetivas do feminino e masculino, afirmar-se-ia que o gênero é uma categoria social que se impõe ao corpo sexuado.

A composição da conceituação de gênero não deve submeter nem o biológico ao social nem o contrário, e, tampouco, tomar como verdade absoluta a compreensão de que as categorias “mulher” e “homem” estão em oposição.

Temos necessidade de uma rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária, de uma historicização e de uma desconstrução genuínas dos termos da diferença sexual. Devemos nos tornar mais auto-conscientes da distinção entre nosso vocabulário analítico e o material que queremos analisar. Devemos encontrar formas (mesmo que imperfeitas) de submeter sem cessar nossas categorias à crítica e nossas análises à auto-crítica. (SCOTT, 1995, p. 84)

Seguindo na mesma vertente que Butler (2003) e Scott (1995), a autora Lauretis (1987) tece uma crítica em relação à conceituação de gênero limitada apenas à diferença sexual entre homem e mulher, feminino e masculino. Ela acrescenta que, mesmo alguns conceitos mais abstratos, frutos de discussões teóricas, acabam por reduzir-se a essa diferença e às especificações herdadas a partir dessa diferenciação, como escrita feminina, maternidade, etc.

Expõe Lauretis (1987), em sua teoria, que gênero não deve ser entendido como uma posse dos corpos, assim como a sexualidade, e nem como se existisse *a priori* nas pessoas, sendo essa categoria produto do que ela chama de “tecnologias sociais”.

Faz-se importante ressaltar que a imbricação entre gênero e diferença sexual precisa ser desconstruída. Destarte, a autora elenca as seguintes proposições sobre gênero: é uma representação e possui envolvimento concreto na vida das pessoas; é uma construção que se faz em vários espaços, como na academia, nas teorias radicais, no feminismo, etc.; e, finalmente, a construção do gênero se faz através de sua desconstrução.

Segundo Lauretis (1987, p. 209), “o gênero, como o real, é não apenas o efeito da representação, mas também o seu excesso, aquilo que permanece fora do discurso como um trauma em potencial que, se/quando não contido, pode romper ou desestabilizar qualquer representação”.

No que tange à complexidade que é a discussão sobre o termo “gênero”, torna-se imperioso compartilhar um trecho da narrativa de Rosa², trabalhadora rural do interior do Maranhão, que possibilita observar o quão difícil é tal teorização chegar aos saberes populares, o que se deve, em grande parte, ao fato dessas discussões nem sempre ultrapassarem os muros das academias. No entanto, vale destacar, também, que é possível que estas mulheres já tenham se apropriado desses discursos, a partir de suas vivências, suas discussões em grupo, suas lutas como lideranças, de forma a construir suas próprias percepções: “[...] é essa questão de gênero, nós não sabia nem o que que era, gênero nós sabia que era feijão, arroz, essas coisas” (Rosa).

1.1. Patriarcado e o Desafio das Relações Igualitárias

Para dialogar sobre gênero, é imprescindível lançar luz sobre o patriarcado, que engendra toda a formulação da diferença de poder que perpassa as relações entre mulheres e homens. Tais relações são extremamente assimétricas, reforçando um preceito equivocado de que existe uma superioridade masculina. Aglutinado a isso, tem-se a dimensão econômica permitindo, ainda hoje, que muitas mulheres sejam dependentes dos homens do ponto de vista financeiro. Sobre isso, Saffioti (1987, p. 50) expõe que:

² No decorrer de todo o texto em que citamos as falas das entrevistadas, foi utilizado pseudônimos, no intuito de resguardar a identidade das mulheres participantes da pesquisa.

O patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito ao terreno econômico.

Há, então, uma dupla dimensão do patriarcado, que perpassa pela dominação e também pela exploração. Nesse sentido, vai-se além do que Bourdieu (2010) trata, quando coloca em evidência que a dominação masculina se concretiza na ordem simbólica. Ainda de acordo com o mesmo autor:

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (BOURDIEU, 2010, p. 17)

É basilar falar sobre a dominação que é reforçada culturalmente, nessa perspectiva de abranger as representações sociais, como faz Bourdieu (2010). Contudo, não é coerente encerrar a discussão apenas apontando para este prisma, sendo necessário pôr em relevo, também, a exploração a qual as mulheres são sujeitadas. Logo, deve-se incluir essa relevante dimensão para discutir a organização social de gênero (MORGANTE & NADER, 2014).

Ademais, Saffioti (2015) demarca que o patriarcado não fica limitado ao ambiente familiar, ao contrário, suas estruturas hierárquicas e de poder atravessam toda a sociedade. Sendo assim, não é à toa que, em espaços como a política e o mercado de trabalho, as mulheres ainda precisam travar batalhas para que sejam reconhecidas. Neste ponto, algumas narrativas trazidas pelas trabalhadoras rurais em nossa pesquisa são contundentes:

Sempre eles não davam valor mesmo pra mulher. Porque se o homem ganhava dez reais, a mulher tinha que ganhar cinco. Tem vez que a mulher vai trabalhar junto com o homi e diz que acha que ela não pode ganhar o mesmo tanto que o homem ganha. E trabalha o mesmo horário, no mesmo tanto. Sempre a mulher foi excluída e o negro também. Até hoje, né?! (Lís)

[...]

Quando eu vou trabalhar na roça, ganhando dinheiro pra sustentar meus filho, o que mais me doía era quando era vinte reais, uma diária do homem. Da mulher só era dez. E eu via homem que sentava, fumava três, quatro cigarro, e eu enganchada no cutelo. Doía demais! E eu tinha que ir, porque num tinha outro jeito. (Flora)

[...]

Mas que eu não dava uma diária por uma diária de certos homens eu não dou. Velha que eu tô, velha que eu sou, eu não dou uma diária por certos homens que faz trabalho. (Lís)

Assim, as relações entre homens e mulheres aparecem estruturadas social, cultural, econômica e politicamente a partir da ideia de que seres humanos estão divididos seguindo uma lógica correspondente a cada sexo, lugares, papéis, *status* e poderes desiguais na vida privada e pública, na família, no trabalho e na política (FALEIROS, 2007).

Essa estruturação de papéis é calcada na perpetuação cultural do machismo, presente em nosso cotidiano. Ele coloca o papel masculino como de superioridade, reforçado, sobremaneira, pelo sistema de dominação-exploração capitalista patriarcal.

Posto isso, Saffioti (1987) elucida que o machismo é responsável pela manutenção do estado de coisas vigentes nesse País. Ele é realidade na vida de todas e todos, e é, inclusive, reproduzido por muitas mulheres. As relações homem-mulher estão submetidas, dessa maneira, ao sistema de dominação e exploração, efetivado pela estrutura de poder (simbólico) conferido ao homem.

Como dito, o patriarcado permeia todas as esferas da sociedade, portanto, não é de se estranhar que também compareça nas falas das entrevistadas. Sobre esse tema, têm-se as seguintes contribuições das mulheres entrevistadas:

O machismo [...] é nessa questão do homem querer ser o dono da mulher, não deixar ela [sic] ir pra um lugar, quando ele vai se divertir ele vai se divertir sozinho, deixa a mulher; e aí é assim, ainda hoje na zona rural quando a gente vai fazer reunião dia de sábado ou domingo assim, tem mulher que diz: eu chamei fulana mas o marido dela não deixou, e ele só deixava se ela trouxesse as criança tudinho. (Rosa)

[...]

Eu aprendi que é cultural essa questão do machismo, da ignorância, do homem querer ser o tal, eu acho que todo mundo transforma, todo mundo muda, mas muda apesar de você também mudar. Como tem naquela mensagem que a gente não muda sozinho, a gente só muda através de conhecimento e foi isso que me mudou. (Rosa)

O entendimento sobre uma predeterminação dos papéis sociais foi sendo questionado pelas mulheres, na medida em que elas se apropriavam de informações, se organizavam no movimento de mulheres, muito embora o contexto do campo seja extremamente propício para a manutenção de relações assimétricas, onde as mulheres são subjugadas e ainda naturalizam a submissão. Algumas narrativas das trabalhadoras rurais apontavam para tal direção:

Todo lugar que a gente chegava, principalmente as trabalhadoras rurais achavam que era natural, a gente pedir ao marido pra ir pra reunião e eles não deixar [sic], deixar só se ela levasse os filhos, deixava só se ela fizesse a comida pra poder deixar pra eles, aí a gente fica indignada. (Rosa)

[...]

Nós estamos conseguindo acabar com esses paradigmas dessas mulheres, que é o medo de dizer que só o homem tem que fazer isso, tem que fazer aquilo, que a mulher não tem o direito de participar de reuniões. (Yasmim)

Assim, Saffioti (1987) expõe que, se o machismo fosse apenas um mero preconceito, seria menos complexo dissipá-lo. Porém, ele é revestido por estruturas de poder que permitem a efetivação de relações sociais baseadas na dominação e exploração, o que o torna perene. Ou seja, para alterar tal condição, é necessário não abordá-lo de forma simplista, sendo fundamental questionar os padrões de exploração do patriarcado, fortalecer as mulheres, desnaturalizar as desigualdades de poder entre homens e mulheres.

No bojo dessas questões, a necessidade de enfrentar esse sistema de dominação-exploração patriarcal faz com que muitas mulheres problematizem sua realidade, principalmente diante das configurações sociais contemporâneas, que permanece reforçando posições que oprimem e invisibilizam as mulheres.

No entanto, muitas mulheres já são conscientes das desigualdades as quais são submetidas no seu dia a dia, e buscam diminuir as desigualdades no seu contexto de vida. Cientes dos desafios que precisam encarar e, principalmente, por serem mulheres que vivenciaram todas as opressões do patriarcalismo, elas percebem o que lhes é renegado e demonstram que também podem superar todas as amarras, além de garantir posições que antes eram conferidas apenas aos homens (como manifesta a entrevistada Amarilis). Algumas falas das entrevistadas são reveladoras nesse sentido:

[...] eu consegui, com toda luta minha eu consegui e fui à frente, e hoje me sinto orgulhosa em ser uma mulher. Sou delegada sindical, já trabalhei na Secretaria da Previdência Social do sindicato e sou presidente de uma associação, e enfrento minha luta como mulher e sou orgulhosa disso. (Amarilis)

[...]

Nós começamos a discutir a nossa identidade feminina, quem sou eu como mulher, aí a gente foi descobrindo que além da gente ser trabalhadora rural, a gente era mãe das crianças, cuidava das crianças, por que que a gente ia criar diferente, a gente tinha que pensar diferente para poder mudar o marido, para o marido ajudar a mudar a realidade da casa. (Rosa)

É relevante, ademais, destacar as questões que atravessam o feminismo negro, que é extremamente complexo, haja vista que o racismo também esteve presente na organização do movimento feminista. Por várias décadas, a teoria feminista não abarcou as particularidades da opressão sofrida pelas mulheres negras, negligenciando a sua realidade que perpassa pelos preconceitos de gênero e raça, produzindo, assim, um pensamento reducionista e, por vezes, desconsiderando as experiências destas mulheres. hooks (2015) expõe sobre a potência das contribuições da luta das mulheres negras para o pensamento feminista libertador.

É essencial para a continuação da luta feminista que as mulheres negras reconheçam o ponto de vista especial que a nossa marginalidade nos dá e façam uso dessa perspectiva para criticar a hegemonia racista, classista e sexista dominante e vislumbrar e criar uma contra-hegemonia. Estou sugerindo que temos um papel central a desempenhar na construção da teoria feminista e uma contribuição a oferecer que é única e valiosa. A formação de uma teoria e uma práxis feministas libertadoras é de responsabilidade coletiva, uma responsabilidade que deve ser compartilhada. (HOOKS, 2015, p. 208)

Lançar luz para o debate dos movimentos de mulheres negras enriquece sobremaneira as discussões sobre gênero, pois demarca que as opressões são multifatoriais e distintas a depender do contexto social e da raça. As teóricas do feminismo negro demarcam que é imprescindível debater o racismo e suas amarras estruturantes dentro da teoria e do próprio movimento. Nessa direção, Gonzalez (2020, p. 94) pondera:

[...] nossas experiências com o movimento de mulheres se caracterizavam como bastante contraditórias: em nossas participações em seus encontros ou congressos, muitas vezes éramos consideradas “agressivas” ou “não feministas” porque sempre insistimos que o racismo e suas práticas devem ser levados em conta nas lutas feministas, exatamente porque, como o sexismo, constituem formas estruturais de opressão e exploração em sociedades como a nossa. Quando, por exemplo, denunciávamos a opressão e exploração das empregadas domésticas por suas patroas, causávamos grande mal-estar: afinal, dizíamos, a exploração do trabalho doméstico assalariado permitiu a “liberação” de muitas mulheres para se engajarem nas lutas “da mulher”. Se denunciávamos a violência policial contra os homens negros, ouvíamos como resposta que violência era a da repressão contra os heróis da luta contra a ditadura (como se a repressão, tanto num quanto noutro caso, não fizesse parte da estrutura do mesmo Estado policial-militar). Todavia, não deixamos de encontrar solidariedade da parte de setores mais avançados do movimento de mulheres que demonstraram interesse em não só divulgar nossas lutas como em colaborar conosco em outros níveis.

No contexto diário, onde se desenrola a vida cotidiana, é visível que a questão racial atravessa as lutas das mulheres, logo, é necessário não perder de vista a tarefa de ressaltar a interseccionalidade nos movimentos feministas.

O conceito de interseccionalidade foi cunhado por Crenshaw (2002, p. 177), que explicitou: “a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação”. Nessa direção, tem-se que as opressões advêm de múltiplos lugares, seja do racismo, seja do patriarcado, seja da divisão de classes; então, para problematizar a realidade das mulheres, é imprescindível ressaltar as contribuições do movimento negro e oferecer oportunidades para as mulheres negras terem voz no movimento feminista, assim como Flora enfatiza:

O que falta pra nós, negra e mulher, é oportunidade [...]. Eu quero voz, eu quero ter vez. (Flora)

Nas entrevistas, ademais, quando eram questionadas se sentiam opressão ou desvalor nas interações domésticas, a maioria das entrevistadas respondeu que não, pois os seus maridos/companheiros as respeitavam. Não obstante esse dado, deve-se considerar a possibilidade de que a aceitação desses homens, em ter mulheres ocupando espaços de movimentação política, não tenha sido harmônica, mas conquistada de forma gradual, com embates. Destacam-se algumas falas sobre este tema:

Graças a Deus eu casei com um homem que nunca fumou, nunca bebeu, nunca pisou no meu pé. Tem sempre uma coisa quando eu vou, saio sorrindo,

quando chega abraça, porque é a merma coisa, num tive isso. (Flora)

[...]

Não, eu até que muito não. Num deixa da gente num ter desavença em casa, que a gente casal mermo tem, e aí naquele nosso tempo, sempre a gente respeitava uns aos outros. (Íris)

[...]

O meu marido nunca impediu em nada, até hoje nunca impediu de nada, eu tô bem aqui com a senhora, se eu decidir me banhar, me arrumar e sair com vocês e chegar dez horas da noite, ele não diz nem que eu sou feia, tá entendendo?! (Amarílis).

[...]

O que eu queria era mudar ele [marido] pra ele ajudar a transformar os meninos lá, não criar uns meninos machistas. (Rosa)

Nessa direção, Barbosa (2006, p. 45-46), ao realizar uma pesquisa com quebradeiras de coco no Estado do Maranhão, constatou que:

(...) uns poucos homens já desenvolveram uma percepção das desigualdades alicerçadas em nome das diferenças de gênero, o que se verifica, por exemplo, no fato de entenderem ou mesmo incentivarem (ainda que muitas vezes timidamente) suas companheiras a se engajarem no Movimento.

Por outro lado, registrou-se que uma entrevistada que sofreu violência por parte do seu companheiro, motivada apenas pela sua participação em reuniões de um coletivo de mulheres trabalhadoras rurais:

Meu marido alterou porque ele é muito ciumento, e aí quando você tá numa reunião, você não pode fazer cara feia pra ninguém, você arruma amizade tanto com homem como com mulher, e aí não tenho nem vergonha de dizer que a gente tava numa reunião ali, era sempre o que as meninas falavam, as meninas do coletivo, mais da violência contra a mulher, e nesse dia que eu tanto defendi ele na reunião, porque ele era bom pra mim, ele fazia a comida, ele me esperava bem, nesse dia quando eu cheguei em casa o que que ele fez?! Ele fez foi me bater nesse dia, pra minha alegria quando eu cheguei lá fiz foi apanhar. (Margarida)

Mesmo não comparecendo nos relatos das mulheres entrevistadas, a realidade da área rural é nefasta. Segundo uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2013), uma em cada quatro mulheres no campo já sofreu com violência física, ou seja, elas convivem bem de perto com a violência doméstica.

A violência é rotina, os homens ainda hoje acham que eles precisam ir lá pra festa, se embriagar, chegar e ainda espancar a mulher e a mulher tem que ficar em casa. (Rosa)

Diante de questões graves, como é o caso da violência doméstica, que demonstra mais uma vez as amarras do patriarcado, tais mulheres persistem na luta para ganhar espaços de discussão e representatividade, caminhando, assim, com o intuito de construir novas oportunidades de mudanças nas suas relações sociais, e criando pontes que possibilitem que suas vozes sejam ouvidas e compreendidas.

As mulheres antigamente quase num tinha vez nem voz. E hoje as mulheres tá tendo vez e voz. Já tem até uma presidenta e é pra ter mais. (Íris)

Nesta linha de pensamento, Spivak (2010) faz uma análise valiosa sobre a possibilidade de grupos que foram oprimidos durante gerações por um sistema ideológico, como é o caso das mulheres, poderem falar, de maneira que suas reivindicações sejam ouvidas e suas condições sejam evidenciadas. A autora acredita ser possível isso, colocando como tarefa para os intelectuais a criação de espaços nos quais estes sujeitos possam se articular para que suas vozes sejam escutadas por todos e todas.

O desafio maior é seguir na direção de promover a formulação de relações igualitárias. Assim, Íris, mulher e trabalhadora rural, nos oferece uma direção:

Nessa forma de procurar nossos direito [sic] porque a gente tem que ter aquela coragem de num [sic] ficar calada, num [sic] ficar sofrendo as humilhações. A gente tem que reedificar os direito [sic] da gente.

[...]

Só se pode realmente acreditar que na possibilidade produzir relações igualitárias quando as pessoas entenderem que ninguém deve servir ninguém; quando rejeitarem completamente as assimetrias de poder existentes na sociedade; quando finalmente for compreendido que:[...] ninguém é dono de ninguém. (Rosa)

1.2. Sobre Fortalecimento das Mulheres e “Ser Liberta”

Inicia-se este subcapítulo com a letra de uma canção³, que traz a tonalidade das questões que serão debatidas a partir de agora. Acredita-se que a mesma permite compreender um pouco a intensidade e dificuldade que essas mulheres enfrentam em seus percursos em direção ao fortalecimento.

Esta luta não é fácil

Esta luta não é fácil/Mas tem que acontecer/A mulher organizada/Tem que chegar ao poder.

Vamos juntas companheiras/Vamos botar pra valer/Vamos quebrar as correntes/Do machismo e do poder.

Sem a mulher neste mundo/Seria triste demais/Não nascia gente nova/E o mundo não tinha paz.

A mulher nasceu pra ser/Pelo homem bem amada/Ser amiga e companheira/Não pra ser discriminada.

³Letra retirada do livro de cânticos do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste.

Somos gentes, somos força/Temos que ter igualdade/Ao lado dos homens fortes/Transformando a sociedade.

Vamos conquistar o espaço/Que tem no mundo pra nós/Chefiar os sindicatos/E na política ter voz. (Maria Nazaré de Souza)

O teor da música é repleto de informações que enfocam as relações vivenciadas pelas mulheres do campo, como a afirmação da necessidade de igualdade com os homens para, juntos(as), mudarem a sociedade, e também a prerrogativa de que elas não nasceram para serem discriminadas. Dessa maneira, a letra demonstra que há um entendimento sobre as dificuldades enfrentadas, contudo, há também o indicativo do caminho a ser percorrido. Neste viés, dotar as pessoas de condições à construção do conhecimento, de possibilidades para promover transformações, é uma direção importante para alcançar essa equidade entre mulheres e homens.

Para este fim, algumas teóricas vêm lançando mão da utilização do termo “empoderamento” para explicar o movimento que as pessoas fazem no sentido de se utilizarem da sua capacidade de questionar, de refletirem e de apropriarem-se das decisões e escolhas que tangem as suas vidas.

Contudo, vale destacar que, na Psicologia Comunitária, a palavra “empoderamento” é substituída por “fortalecimento”. Há, inclusive, uma crítica de Montero (2006) sobre o uso desta nomenclatura, na qual ela elucida que se trata de um neologismo surgido na língua inglesa no início da década de 1980, e foi importada de forma irrestrita para a América Latina, onde já havia uma construção iniciada de conceituação para o termo “fortalecimento”.

Assim, houve uma incorporação da palavra “empoderamento” sem uma análise criteriosa de seu significado. Entende Montero (2006) que as acepções, desencadeadas a partir desse vocábulo, não contemplam o contexto ao qual estão sendo utilizadas. Um exemplo disso é que empoderamento pode significar a ação de fazer-se poderoso, ou até mesmo dar poder a uma pessoa. Logo, tal conceito é visto como incongruente, conforme aponta Montero (2006, p. 62, tradução nossa), quando diz que “[...] esta concepção se opõe ao critério usado pela Psicologia Comunitária, onde o poder é uma conquista da reflexão, da consciência e da ação das pessoas comprometidas, e não um presente ou doação de outra ordem”.

Comungando da ideia de que empoderar ou fortalecer (potencializar) não é algo passivo, ou seja, não é possível esperar que outra pessoa, que não você mesma(o), seja responsável por tal ação, pode parecer que se trate apenas de uma questão de utilização de uma ou outra terminologia. Porém, percebe-se como é imprescindível esclarecer essas nuances que envolvem o uso e o sentido desse conceito.

Assim, o entendimento aqui delineado é que “fortalecimento” refere-se à capacidade das pessoas ou comunidades de serem protagonistas daquilo que diz respeito a cada uma/um, sendo consciente de suas possibilidades de mudança (Montero, 2006). Na pesquisa realizada e tratada neste artigo, o uso da expressão “empoderamento” compareceu de forma contundente nas narrativas das lideranças femininas, o que se deve ao fato deste termo ser bastante utilizado pelos movimentos sociais, para indicar o alcance de poder por grupos historicamente oprimidos.

Especificamente nesta seara, Cordeiro (2010, p. 150) destaca que as feministas “[...] partem do entendimento de que as relações de gênero são relações de poder e que o empoderamento das mulheres é condição para a equidade de gênero”. Não se pode, então, negar ou menosprezar a utilização da palavra “empoderamento”, uma vez que as entrevistadas sentem-se representadas ao utilizá-la em

suas falas e, também, porque seu sentido se aproxima daquilo que a Psicologia Comunitária traz como fortalecimento. Assim, entende-se como pertinente o que Cordeiro (2010, p. 152) coloca:

[...] os processos de empoderamento envolvem o acesso e o controle de recursos econômicos e materiais, como também a participação das mulheres nas decisões que afetam as suas vidas nas esferas privada e pública. Isso requer o estabelecimento das próprias prioridades e agendas e a ocupação de espaços políticos de modo a influenciar as decisões e as políticas nessas esferas.

Para além de qualquer diferença de terminologia, é fundamental expor o que elas entendem por ser “empoderadas”:

Eu me considero uma pessoa responsável agora, assim além de me considerar uma pessoa responsável eu me considero capacitada, eu não me considero que nem antes, né [sic]?! Mas agora eu me considero alguém mais empoderada né?! Eu fui me empoderando de conhecimento, de mais saber. (Magnólia)

Outra expressão que apareceu com frequência nos discursos das mulheres foi “liberta”, quando faziam referência à superação de situações opressoras. Do ponto de vista teórico, a noção de libertação foi tratada no contexto da América Latina em estudos advindos da Pedagogia da Libertação, da Teologia da Libertação e da Psicologia da Libertação, desencadeados numa época histórica de instauração de governos ditatoriais, em que se via um momento político de privação quase completa dos direitos dos sujeitos, onde situações de dominação e opressão eram corriqueiros (GUARESCHI, 2011).

A libertação abordada pelas mulheres entrevistadas é aquela que se contrapõe à conjuntura patriarcal, uma posição que as coloca como capazes de ocupar apenas a esfera da vida doméstica, opressão a que foram acostumadas a introjetar como sendo natural.

Antes eu era só moradora e agora eu sou uma “representadora” da comunidade. Pra mim [sic] mudou, né [sic]?! Mudou porque eu acho que eu tô [sic] mais liberta pra resolver as coisas, assim, com a confiança do meu povo. (Margarida)

[...]

Liberta assim, pra tomar de conta de uma comunidade, pra ir atrás de coisa pra aquela comunidade, que nem eu já fui pra Brasília, passei três dias em Brasília, já fui pra São Luís, já fui pra todos os lugares que eu nem conhecia. (Margarida)

[...]

Eu achava que ele [o marido] era o meu dono, ele quem mandava em mim, que se eu dizia assim “vou pra uma reunião hoje”, que ele dizia “não vai”, eu baixava e não ia. Mas agora não, eu tenho que ir, tenho que resolver [...] hoje eu me sinto liberta. (Margarida)

[...]

Eu era uma Yasmim que era muito tímida, não sabia falar, não saía de casa, ia pra escola, só tinha que cuidar da família; e a partir do movimento, nossa..., parece que eu me libertei, fiquei liberta e quando elas chegaram aqui eu já era

casada, tinha uma filha, mas nada disso me impediu de eu sair pra outras comunidades, pra chegar em outra cidade, nada me impediu. Mas antes eu não saía, não saía daqui da minha comunidade e não da minha cidade, né?! Mas depois eu passei a sair, ter troca de experiência e isso mudou muito minha vida e tá mudando ainda pra melhor. (Yasmim)

Segundo Cordeiro (2006), ao realizar um estudo com mulheres trabalhadoras rurais, constatou que havia três aspectos que elas precisavam enfrentar para tornarem-se libérrtas. Acredita-se que estes aspectos também se fizeram presentes na realidade das entrevistadas da pesquisa. O primeiro era conseguir desprender-se das responsabilidades domésticas, de maneira a dividi-las com os outros membros da família; segundo, era fortalecer os vínculos interpessoais fora do ambiente familiar, pois assim elas conheceriam outras pessoas e seriam reconhecidas fora do espaço de casa; e o terceiro refere-se à satisfação de fazer suas coisas com autonomia e independência, como andar sozinha, viajar, etc.

Não é uma tarefa fácil alcançar a libérrtação, principalmente porque é necessário perceber quando o contexto social pode determinar a opressão de alguém e, diante disso, buscar formas de superação até chegar a libérrtar-se. Logo, como Freire (1987, p. 19) expõe:

A libérrtação [...] é um parto. É um parto doloroso. O homem [a mulher] que nasce deste parto é um homem [uma mulher] novo [a] que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libérrtação de todos [todas]. A superação da contradição é o parto que traz ao mundo este [a] homem [mulher] novo [a] não mais opressor [opressora]; não mais oprimido [oprimida], mas homem [mulher] libérrtando-se.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações desiguais entre homens e mulheres ainda são marcantes na área rural, e isso atravessa vários níveis, tais como apontados em nossa pesquisa: a representação sindical – uma das narrativas coletadas apontava para a presença de preconceito com mulheres ocupando posição de comando –; o convívio doméstico – muitas das entrevistadas precisaram resistir a crises conjugais para continuar atuando como lideranças e participando do movimento de mulheres –; e a dimensão laboral – as trabalhadoras relataram que a força de trabalho delas é desvalorizada frente a dos homens, que normalmente recebem o dobro do valor pela mesma atividade.

As interlocuções permitiram perceber que as trabalhadoras rurais compreendem que há relações de poder desiguais em seu contexto, além de entender que o machismo faz parte das suas vidas, inclusive materializado em situações de violência. Porém, é possível resistir a isso, reafirmando seu potencial e conhecendo seus direitos.

Faz-se imprescindível frisar que algumas narrativas das entrevistadas falam de uma demarcação da maneira como percebem sua realidade, que foi alterada a partir do conhecimento adquirido por elas, aquisição esta conseguida, principalmente, via reuniões, cursos e formações oferecidos por movimentos de mulheres trabalhadoras rurais.

As expressões “libérrta” e “empoderada” foram utilizadas pelas entrevistadas denotando que elas podem transitar por qualquer espaço na sociedade, sem limitações a contextos específicos

como o do lar. Libertam-se de concepções que as oprimem e as subjugam, empoderando-se de uma nova consciência sobre suas condições enquanto mulheres.

Por fim, entende-se que as temáticas abordadas nesta discussão teórica não se encerram aqui, visto que existem muitos meandros a serem estudados. Espera-se abrir caminho na perspectiva de incentivar outras problematizações que aprofundem a questão das lideranças rurais femininas no Estado do Maranhão.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, V. de O. A caminho dos babaçuais: gênero e imaginário no cotidiano de trabalhadores rurais no Maranhão. In: WOORTMANN, E. F.; HEREDIA, B.; MENASHE, R. (Orgs.). *Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero*. Brasília: NEAD Especial, 2006.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2010

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003

CORDEIRO, R. de L. M. Além das secas e das chuvas: os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no Sertão de Pernambuco. In: WOORTMANN, E. F.; HEREDIA, B.; MENASHE, R. (Orgs.). *Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero*. Brasília: NEAD Especial, 2006

CORDEIRO, R. de L. M. Empoderamento e mudança das relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais no sertão central de Pernambuco. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. de L. M (Orgs.). *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero (L. Schneid, Trad.). *Revista Estudos Feministas*. V. 10, nº 01. Florianópolis, 2002, p. 171-188

FALEIROS, E. Violência de Gênero. In: TAQUETTE, S. R. (Org.). *Violência contra a mulher adolescente/jovem*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio Janeiro: Zahar, 2020

GUARESCHI, P. A. Pressupostos epistemológicos implícitos no conceito de libertação. In: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JUNIOR, F. (Orgs.). *Psicologia social para américa latina: o resgate da psicologia da libertação*. 2ª ed. Campinas: Editora Alínea, 2011



HOOKS, b. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 16. Brasília. 2015, p.193-210

INSTITUTO de Pesquisa Econômica Aplicada. *Marcha das Margaridas: perfil socioeconômico e condições de vidas das trabalhadoras do campo e da floresta*. Rio de Janeiro: IPEA (Relatório de Pesquisa), 2013.

LAURETIS, T. de. A tecnologia do gênero. *Technologies of gender*. Indiana University Press, 1987, p. 206-239. Disponível em: <<http://marcoareliossc.com.br/cineantropo/lauretis.pdf>>. Acesso em: 22/06/2021

MONTERO, M. *Teoría y práctica de la psicología comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedade*. Buenos Aires: Paidós, 2006

MORGANTE, M. M.; NADER, M. B. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: saberes e práticas científicas*. Rio de Janeiro: ANPUH-Rio, 2014

MURANO, R. M; BOFF, L. *Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002

SAFFIOTI, H. I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. V. 20, nº 02. Porto Alegre, 1995, p. 71-99

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

Fontes

Livro de cânticos do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE).

